

O DEBATE ENTRE INTELLECTUAIS MARXISTAS SOBRE CIÊNCIA, CULTURA E LUTA DE CLASSES NOS MEADOS DO SÉCULO XX

EL DEBATE ENTRE INTELLECTUALES MARXISTAS SOBRE CIENCIA, CULTURA Y LUCHA DE CLASES A MEDIADOS DE SIGLO XX

THE DEBATE BETWEEN MARXIST INTELLECTUALS ON SCIENCE, CULTURE AND CLASS STRUGGLE IN THE MID-TWENTY CENTURY

DOI: 10.22481/rbba.v11i01.10666

Marta Loula Dourado Viana
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil
ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8396550497066015>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3700-2822>
Endereço eletrônico: mldviana@yahoo.com.br

Resumo

Este texto analisa o debate entre intelectuais marxistas sobre ciência, cultura e luta de classes nos meados século XX. No contexto da política anticomunista e retrocesso democrático no Brasil, de intensificação das forças hegemônicas do capitalismo estadunidense na exploração dos recursos naturais e do trabalho. Esta conjuntura impôs a necessidade de defesa nacional de modo particular e polarizado nas produções artístico-culturais e científicas. O posicionamento político e a abordagem da realidade brasileira tornaram-se condições para superar o abstrato, o elitismo e as ilusões nas produções intelectuais bem como contribuir para o processo de transformação social. Este debate se caracterizou, por um lado, complexo devido ao voluntarismo político e aos embates entre os intelectuais marxistas brasileiros, por outro lado, enriquecedor e promotor de um salto artístico-cultural e científico por considerar à realidade sociocultural do país e representação do povo brasileiro.

Palavras-chave: Ciência. Cultura e Luta de Classe.

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 11	Num. 1	Jun/2022	p. 214-236
----------------	--	---------	--------	----------	------------

Resumen

Este texto analiza el debate entre intelectuales marxistas sobre ciencia, cultura y lucha de clases a mediados del siglo XX. En el contexto de la política anticomunista y de regresión democrática en Brasil, de la intensificación de las fuerzas hegemónicas del capitalismo norteamericano en la explotación de los recursos naturales y del trabajo. Esta coyuntura impuso la necesidad de la defensa nacional de manera particular y polarizada en las producciones artístico-culturales y científicas. El posicionamiento político y el abordaje de la realidad brasileña se convirtieron en condiciones para superar lo abstracto, el elitismo y las ilusiones en las producciones intelectuales, así como para contribuir al proceso de transformación social. Este debate se caracterizó, por un lado, por ser complejo por el voluntarismo político y los enfrentamientos entre intelectuales marxistas brasileños, por otro, enriquecedor y promotor de un salto artístico-cultural y científico, considerando la realidad sociocultural del país y la representación de lo pueblo brasileño.

Palabras clave: Ciencia. Cultura y lucha de clases.

Abstract

This text analyzes the debate among Marxist intellectuals about science, culture and class struggle in the mid-twentieth century. In the context of the anti-communist policy and democratic regression in Brazil, of the intensification of the hegemonic forces of capitalism in the exploitation of natural resources and work. This conjuncture imposed the need for national defense in a particular and polarized way in artistic-cultural and scientific productions. The political positioning and the approach of the Brazilian reality became conditions to overcome the abstract, the elitism and the illusions in the intellectual productions as well as to contribute to the process of social transformation. This debate was characterized, on the one hand, as complex due to political voluntarism and clashes between Brazilian Marxist intellectuals, on the other hand, enriching and promoting an artistic-cultural and scientific leap, considering the sociocultural reality of the country and the representation of the Brazilian people.

Keywords: Science. Culture and Class Struggle.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e da Ditadura Vargas no Brasil iniciou-se um processo de redemocratização política. Entretanto, os EUA incentivaram as políticas e práticas anticomunistas, principalmente nos países da América Latina, com o objetivo de eliminar a influência do comunismo no mundo, dando abertura ao que se convencionou chamar de Guerra Fria¹. Durante a Guerra Fria intensificaram a força de sua hegemonia no continente, tornando

os governos democráticos e as reformas político-sociais os seus maiores inimigos por implicar uma redução de sua capacidade de interferência.

Além disso, no Brasil as expectativas de democratização sofreram duros golpes desde os primeiros momentos do governo Dutra, sucessor de Vargas e também simpatizante do fascismo, que com o objetivo de controlar os movimentos de lutas sociais, criou mecanismos institucionais e legais para reprimir às organizações de esquerda, sindicais e populares, que se encontravam em amplo processo de expansão desde o final da Ditadura Vargas.

Eram evidentes os sinais de retrocesso democrático, e isso graças ao rápido retorno às bases autoritárias e conservadoras da política tradicional. Todavia, o governo Dutra constituiu-se pendular entre uma política de reformas liberais caracterizada pela abertura comercial e financeira e estabilidade cambial, mas que com a crise do capitalismo e as altas taxas cambiais de importações, o governo retornou à política de substituição das importações pouco essenciais para o controle da crise, sem deixar de flertar com o liberalismo. Dessa forma, vigorou o imperativo de uma reversão política e econômica que impôs a necessidade também de controlar as crescentes greves trabalhistas diante do aumento do custo de vida no país. Dutra abriu a economia para o capital estrangeiro, principalmente estadunidense, que assumiu algumas demandas que a burguesia nacional não foi capaz de realizar, tais como a exploração do trabalho, das riquezas naturais e a imposição do estilo de vida “americano”.

Esta conjuntura nacional e internacional determinou a necessidade de defesa nacional de modo particular e polarizado às lutas sociais: de um lado, os patriotas, defensores das riquezas naturais e culturais da nação, e de outro lado, os denominados entreguistas e facilitadores da intervenção econômica, cultural e educacional do imperialismo estadunidense no Brasil. Não é demais ressaltarmos que o nacionalismo, embora seja um fenômeno histórico que apresenta múltiplas facetas, com o acirramento das disputas ideológicas entre socialismo e capitalismo nos meados do século XX, foi ressignificado pela esquerda a partir da necessidade de defesa do que é nacional face à presença do capital imperialista internacional no país. Isso se tornou o pomo da discórdia nos debates internos da esquerda comunista e intelectuais marxistas, que discutiam sobre o internacionalismo da classe trabalhadora e também as diferenças entre o nacionalismo como expressão popularⁱⁱ de defesa das riquezas naturais e culturais do país, e a ideologia nacionalista enquanto produto da burguesia nacional com o objetivo de cooptar as massas, o proletariado e as forças de esquerda para a realização do seu projeto de modernização do capitalismo. As classes dominantes utilizavam o conceito de

nacionalismo enquanto um mecanismo para a construção do Estado nacional-burguês e evitar o internacionalismo da classe trabalhadora.

Esta conjuntura exigia cada vez mais um posicionamento político dos intelectuais e artistas, de modo que a educação e cultura estivessem à serviço da luta sindical e da formação política das camadas populares e trabalhadoras contra o domínio imperialista dos EUA. Seria o florescimento do realismo socialistaⁱⁱⁱ, ou revolucionário. A vida social do povo, em especial da classe trabalhadora, não estava representada na cultura nacional, uma vez que desconsiderava as reais condições socioeconômicas do povo brasileiro. Sob esta perspectiva, as produções intelectuais estavam sobrecarregadas da ideologia burguesa com uma imagem abstrata, elitista e deturpada, não combinada com a verdadeira realidade do país, e funcionava como uma expressão da dominação das classes dominantes. Neste sentido, o realismo socialista ou revolucionário proporcionaria uma conexão à vida e às reivindicações do povo, conferindo à cultura, ciência e educação uma orientação ideológica de classe indissolúvel.

A educação e cultura proletária na luta de classes

A Guerra Fria e a decepção com a democracia liberal no Brasil geraram um debate entre intelectuais marxistas sobre os limites de a “escola burguesa” desenvolver a consciência revolucionária, sublinhando a necessidade de uma educação e cultura proletária, mais conectada à vida e aos anseios da classe trabalhadora. Uma educação onde a classe trabalhadora e as camadas populares aprendessem sobre ciência e cultura, mas também a se organizar na luta sociopolítica. Não negando a necessidade insubstituível da escola oficial, mas defendendo que o foco mais proativo aos objetivos de transformação social estaria numa “educação e cultura proletária”, pois somente assim, de fato, o acesso à educação e cultura se tornaria um instrumento de luta política para as reivindicações sociais.

A Revista Seiva da Bahia, uma das poucas revistas de esquerda que circulou durante a Ditadura Vargas, já desenvolvia esta perspectiva ao erguer a arte engajada, caracterizada pelo combate ao fascismo e ao imperialismo estadunidense na América Latina. Segundo Ferreira (2012), os intelectuais que criaram a Revista iniciaram um debate em torno da cultura unida à militância política, chegando a desenvolver atividades culturais como forma de atrair a juventude para a militância.

Os articulistas entendiam a Revista como um instrumento esclarecedor das mazelas da sociedade brasileira, levando “luz” às camadas populares ainda

não esclarecidas. Ideia reforçada pelos indecisos intelectuais que fugiam do seu papel destinado pela História. Essa “suposta contradição” de alguns intelectuais fortalecia a proposta da Revista, que era tanto de elucidar como de combater os falsos intelectuais que só prejudicavam o empenho dos demais em esclarecer a população o caminho das transformações. A revista Seiva procurou levar a “inteligência” aos seus leitores e simpatizantes. [...] Buscava ser uma Revista de interesse internacional e reconhecida pelos intelectuais da América. Unir os povos do continente em torno de um objetivo comum, já que todos eram americanos e deveriam lutar juntos pela independência dos povos (FERREIRA, 2012, p. 61).

Esta perspectiva de unidade cultural e artística engajada no combate ao fascismo e imperialismo na América Latina, foi fortemente marcada com o que se convencionou chamar de Guerra Fria, ao propor a produção de uma “cultura proletária” como melhor forma política de abordar os problemas do povo brasileiro, de modo que pudesse desenvolver a consciência das massas populares e trabalhadoras para a mobilização e organização política.

Isso conduziu a uma polarização na cultura, arte, ciência e educação que dividiu a intelectualidade brasileira. Foi o que manifestou os posteriores Congressos da ABDE (Associação Brasileira de Escritores 1942-1958).

Os congressos anteriores de 1945 em São Paulo e de 1947 em Belo Horizonte marcaram pontos altos nos acontecimentos políticos do país. Desfraldaram-se aí os princípios da liberdade e da democracia, colocando-se assim os escritores decididamente contra as forças que procuram embargar aquele progresso. Desde o último Congresso, esses campos se marcaram nitidamente. Na atual convenção se afirmará mais uma vez a decidida posição dos intelectuais brasileiros. A divisão se faz sob o signo da luta pela paz, entre aqueles, de um lado, que procuram atrelar o Brasil ao carro do imperialismo guerreiro norte-americano e apoiam a onda de terror que assola o país; e de outro, aqueles que defendem a nossa soberania política e independência econômica, e lutam por um regime legal de respeito às liberdades públicas e aos princípios da democracia (Revista Fundamentos, abril de 1950, p. 3).

Nessa descrição sobre o Congresso da ABDE, fica evidente que a nova política afirmava existir uma luta entre as duas culturas nacionais que refletiam a luta de classes sociais opostas: uma que manifestava os interesses das classes dominantes e que preparava todos os meios para defender suas posições e outra que correspondia aos interesses das massas exploradas. Para uma parte dos intelectuais e artistas, a cultura das classes dominantes estava em uma espécie de crise do espírito, em decadência, por ser de tipo conservadora e imperialista: “tentam preservar tudo quanto é atrasado e caduco, ela reflete a penetração do imperialismo, que visa aniquilar tudo quanto é genuinamente nosso, nacional” (Imprensa Popular, 25/6/1950, p. 3).

Não podemos desconsiderar que a política reacionária utilizava a produção publicitária, literária e artística hegemonicamente para desinformar, confundir e até mesmo corromper a classe trabalhadora. Como afirmava Astrojildo Pereira:

Seus objetivos, neste terreno, consistem por um lado em deformar, envenenar e liquidar as tradições progressistas da nossa cultura, e por outro lado, em levar-se à imitação, subserviente do modo de vida americano, com sua mentalidade tabelada e a sua cultura enlatada, tudo devidamente enquadrado nos esquemas estratégicos e táticos da guerra psicológica, que tem o seu quartel-general em Washington. Os imperialistas sabem muito bem que não podem exercer plenamente a sua função dominadora sem uma combinação adequada de pressões econômicas e políticas com pressões ideológicas e culturais. Combinação que nos domínios da cultura se apoia e é ao mesmo tempo apoiada pelos elementos obscurantistas internos, que formam o lastro da “cultura” reacionária vinculada ao nosso secular atraso (PEREIRA, 1963, p. 258).

Desse modo, o contexto colocava a necessidade de uma produção contra-hegemônica, no sentido de os intelectuais serem convocados para revelar a verdadeira face da sociedade. No entanto, algumas questões ao extremo surgiram em torno da produção cultural, a exemplo do debate entre os intelectuais marxistas Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. Enquanto o primeiro considerava Machado de Assis, entre os escritores brasileiros, o mais universal e, ao mesmo tempo, o mais nacional, único escritor do segundo reinado que “mostrou mais profundamente o homem brasileiro” e não paisagens (PEREIRA, 1944, p. 15), para Octávio Brandão, apesar de sua origem pobre, Machado de Assis tornou-se um escritor consagrado pela burguesia reacionária e fascista, ainda que se possa verificar lados positivos por “apresentar certos elementos do realismo crítico, portanto, progressista”, que contribuiu para desmascarar a sociedade monárquica escravista apodrecida, estes “elementos do realismo crítico são sacrificados ao objetivismo burguês”, por sua “atitude apolítica, neutra e imparcial” (BRANDÃO, 1958, p.15).

Astrojildo Pereira entendia que a linha de demarcação das duas culturas era assinalada, no caso brasileiro, por contradições fundamentais:

[...] de um lado, a cultura progressista, democrática, em que surgem e crescem elementos socialistas; do outro lado, a cultura reacionária, obscurantista, incaracterística, tendendo mais de contradições internas existentes, num lado e noutro, elementos mais ou menos hesitantes, mais ou menos sectários, mais ou menos retrógrados e mais ou menos avançados (PEREIRA, 1963, p. 255).

Para ele, havia a questão nacional acima de qualquer outra, pois o escritor, cientista, professor e artista que não se prestassem ao papel de servidores do imperialismo, tornando-se defensores da cultura nacional, ainda que não abordassem os problemas e a vida da classe trabalhadora e não marxistas, eram “acusados” de comunistas, sendo boicotados, abertamente perseguidos com pressões dos imperialistas ianques. Neste sentido, no Brasil, lutar por uma cultura nacional, democrática e progressista já seria o suficiente para assegurar a luta contra a forte influência cultural imperialista dos ianques.

Ao contrário dessa perspectiva, Brandão (1958) entendia a necessidade de se aproximar das massas populares e trabalhadoras com posicionamento político na produção intelectual e se possível fundamentada na teoria marxista. Pois, na sua concepção, somente assim, a política cultural poderia auxiliar na aquisição da compreensão profunda da realidade social e a consciência de seu papel na transformação da sociedade.

Todavia, diante da ameaça que a democracia brasileira sofria durante o governo Dutra, Astrojildo reconheceu o imperativo de um posicionamento político:

A classe operária, apoiada principalmente pelas massas camponesas, forma a vanguarda política das forças democráticas, e luta com extraordinária energia, com exemplar tenacidade, certa, sem dúvidas, de alcançar, por fim, a vitória definitiva sobre as forças da reação. Mas a luta se torna cada vez mais áspera, mais dura e mais difícil.

Ora, aos intelectuais, aos homens de pensamento, aqueles que trabalham nos domínios da arte e da ciência, cabe enorme responsabilidade nesta hora – e não podem, sem desonra, fugir a essa responsabilidade. A história não admite tergiversações e indica o posto de honra que devem ocupar – ao lado das massas populares, ao lado das forças democráticas e progressistas.

[...] me dirijo aos intelectuais não comunistas, mas verdadeiros amigos do povo, para que assumam a responsabilidade histórica que lhes cabe, não temam lutar a ombro com os intelectuais comunistas, e compreendam, finalmente, sem receio de inventados fantasmas, que não pode haver democracia, na época atual, sem a participação ativa dos comunistas – e que o ódio anticomunista resulta, ao cabo de tudo, de uma concentração de interesses e sentimentos antidemocráticos. A reação bem sabe que os comunistas se encontram na vanguarda da luta pela democracia e pelo progresso – e por isso mesmo é que os combate com tamanha fúria! (PEREIRA, 1963, p. 269-270).

Neste contexto de ofensiva imperialista estadunidense e perseguição política, havia uma pressão para que os intelectuais independentes se posicionassem politicamente. Gorender (1948) enfatizava que o intelectual que não produzia, considerando os aspectos políticos, sociais e, em última instância, econômicos, significava que este se colocava em conformidade com a

situação e nada produziria de forma realmente criativa, uma vez que a verdadeira liberdade de criação envolve a capacidade de criar ou recriar a realidade e não ilusões misticadoras desta.

Nas palavras do autor:

Como colocar-se dentro dela numa posição fecunda para a arte ou a ciência, quando existem grupos ou classes sociais que o impedem pela força, porque é do seu interesse que sobre as questões reais apenas ilusões sejam disseminadas? Está claro que, em circunstâncias dessa natureza, a liberdade de criação desaparece como uma faculdade concreta para o verdadeiro criador e o campo fica disponível apenas para os mercenários declarados da reação ou para os impenitentes hipócritas, que se encerram em torres de marfim e se dão ao luxo de cantos adocicados, quando a realidade quotidiana para milhões de seres humanos é uma opressão muitíssimo amarga (GORENDER, Revista Fundamentos, 1948, p. 196).

Embora o intelectual reconheça a existência de artistas politicamente reacionários, mas revolucionários na sua obra, para ele, eram casos raros, principalmente em virtude do aguçamento da luta de classes. Defendia incisivamente a conexão do artista com a realidade social e política enquanto um compromisso concreto com a luta de classes. A mesma coisa acontece com a produção da ciência, pois, uma “ciência pura” desumaniza e desresponsabiliza os cientistas de suas consequências. Portanto, para não a tornar idealista e mistificada, Gorender destacava que seria preciso entender a ciência enquanto uma produção humana em relação íntima com a realidade.

Esta conjuntura ascendeu um debate sobre a função da produção artística-cultural e sua diferença em relação à ciência. A arte teria uma função social e política? Seria um recurso para ostentação de privilégio? A arte mistifica a realidade? E a liberdade artística?

Em resposta a estas questões Leandro Konder (1962) afirmava que as atividades intelectuais não poderiam se reduzir ao praticismo e voluntarismo político, com uma missão histórica a cumprir. Para ele, a exigência de fidelidade com a realidade e com o marxismo na produção cultural, através da qual se definia quem é revolucionário ou reacionário, não significava que ao considerar a realidade e se fundamentar no marxismo, sua produção ficasse coerente, assim, isso não se tornava suficiente, uma vez que “a imagem fiel de uma sociedade não pode deixar de ser, também, a imagem das contradições em que se debate essa sociedade” (KONDER, Novos Rumos, 26/4/1962, p. 5).

Ressaltava, ainda, que o papel revolucionário dos intelectuais marxistas deveria ser sim intensificado pelas suas forças e multiplicar as formas de atuação na vida cultural do país, mas em diálogo e debate franco com os demais intelectuais, com a clareza de argumentações e sem

a necessidade de imposições que podem direcionar a equívocos interpretativos da realidade e erros no uso do método nas produções intelectuais.

Existe uma dificuldade inerente ao próprio projeto de ser um realista. Sabemos que a essência das coisas não coincide com a sua aparência. Para apreender e representar artisticamente a essência de uma realidade dada, o artista não pode basear-se em uma percepção empírica; precisa trilhar, com a ajuda da sua intuição e da sua reflexão, um caminho frequentemente duro e cheio de desvios enganosos. A essa dificuldade básica e à tentação de simplificação (sussurrada pela lei de menos esforço) somam-se dificuldades de outra espécie [...] à transformação da vida social, ao desenvolvimento tecnológico, às exigências de socialização derivadas do progresso das forças produtivas – estas condições que refletem também as contradições sociais cuja tensão supera, de muito, em extensão, as contradições sociais do passado – estas condições, sem dúvidas, dificultam ainda mais o trabalho do artista realista. Aos dois tipos de dificuldades acima referidos cabe acrescentar uma deficiência que pode ser constatada em vastos setores da crítica soviética e que teria contribuído decisivamente para os percalços do realismo socialista (KONDER, 1963, p. 51-52)

Dessa forma, entendemos que se por um lado o conhecimento não é neutro, por outro lado, a consciência não é mero registrador passivo de informações, não é uma adequação estática entre as coisas e o intelecto. Para Konder, a arte seria uma forma de conhecimento, mas que para ser legitimado não está obrigado a assimilar ao conhecimento científico. Pois, o conhecimento científico se dá em um plano de universalidade, já o conhecimento artístico na particularidade (representação simbólica do singular e do universal), ou seja, sua universalidade apresenta uma ligação orgânica com as singularidades representadas pelo artista. Logo, arte e ciência são coisas diferentes.

A partir dessa perspectiva elucidada que embora, corretamente, se procure a essência da arte com sua gênese social, enquanto um produto histórico, ela não se reduz a esta gênese, o plano social não pode fechar a porta da estética. Uma obra de arte não poderia se torna inadequada às condições históricas do presente com o argumento de que ela trata de narrativas e personagens que não interessa a um leitor das camadas populares ou da classe operária, isso caracteriza um equívoco do realismo socialista. O verdadeiro realismo “jamais poderia prejudicar o caráter propriamente artístico de uma obra, ou contribuir para baixar-se o nível estético” (KONDER, 1963, p. 48). Além do mais, não apresenta a atitude de submissão do homem em relação à realidade, como uma camisa de força que se deve vestir.

Acreditamos que o autor não negava o realismo socialista e buscava expor a necessidade de a arte considerar a realidade como inspiração e a não limitação dela para se enquadrar.

Inclusive, afirmava que revolucionários coerentes precisam do realismo na arte e da arte no realismo, porque precisam de uma política cultural eficaz. Deste modo, Konder (1962) expõe que o diferencial entre intelectuais revolucionários e reacionários, estava na submissão dos não revolucionários a duas exigências inconciliáveis: a objetividade e as conveniências das forças conservadoras, de tal modo que sua produção perde a função social que lhe cabe, o intelectual trai a si mesmo. Por isso, a atividade do intelectual marxista seria decisiva, não no sentido de arregimentá-lo, mas como fator de aglutinação e dinamização dos movimentos espontâneos positivos que se verificassem entre os intelectuais. Neste ponto, a liberdade de criação seria um aspecto fundamental.

Entretanto, a conjuntura antidemocrática e a pressão para um posicionamento político nas produções artísticas geraram, por um lado, uma reivindicação dos artistas pela liberdade sob a compreensão de que sua produção não poderia estar limitada à realidade e imposição teórica, por outro, a compreensão de que a neutralidade reforçava o imperialismo. A liberdade de criação também se relacionava à perseguição que os artistas sofriam ao se posicionarem politicamente. Não tinham garantia de sua liberdade de expressão. A exemplo do livro do escritor Monteiro Lobato “Zé Brasil” que foi queimado pelo governo Dutra em 1947 por discutir questões sobre a reforma agrária de forma acessível ao povo brasileiro. De fato, os intelectuais conscientes e combativos na política sofriam represarias dos reacionários com censuras e prisões, afetando sua liberdade de criação.

O pensamento progressista, que tantas dificuldades materiais encontra para se expressar, mesmo nos países capitalistas onde a liberdade de expressão está juridicamente assegurada, se defronta, em nosso país, além do mais, com um obstáculo tão violento como a brutalidade policial das autoridades (GORENDER, Revista Fundamentos, 1948, p. 199).

Para além da produção intelectual, Gorender enfatizava que a democracia envolvia não apenas a questão da liberdade na produção científica e artística, mas igualmente, a socialização máxima dessa produção para as massas populares e trabalhadoras. Sobre a importância de uma arte engajada e os seus resultados, Gorender (1948) ressaltava que, no Brasil até a década de 1930, a produção cultural oscilava, de um lado, na negatividade dos traços geográficos inexploráveis e dos povos indígenas, negros e mesmo do branco português caracterizados pelo atraso do país, e de outro lado, na exaltação sem qualquer relação com a realidade, como se fosse uma fuga, um abandono ao concreto e uma apologia ao puro e natural. Para ele, o realismo

socialista ou revolucionário permitiu o desenvolvimento de um trabalho cultural mais denso e eficaz sobre a realidade brasileira.

Jorge Amado (1951) também reforçou a necessidade da socialização da produção humana acumulada, uma vez que não haveria sentido de uma arte nas formas mais elaboradas estar aprisionada de modo privado às classes dominantes:

Que importância teria uma literatura de grande qualidade artística, [...] um "ballet" e uma música de primeira ordem, se todo esse tesouro ficasse reservado a uma pequena parcela da população, se ele não fosse posto a serviço de todo o povo? Só a classe operária no poder pode levar a cultura às grandes massas, porque só ela não tem interesse em utilizar a cultura e os criadores de cultura para fins mesquinhos. Ela pode não só entregar os bens da cultura aos trabalhadores das fábricas e dos campos, como só ela possibilita aos grandes criadores de cultura — os escritores, os sábios, os artistas — do passado e do presente, um público realmente universal (AMADO, Revista Fundamentos, 1951, p. 8).

Para o escritor seria urgente o florescimento da cultura e ciência de classe a serviço da causa anti-imperialista e destruição das bases socioeconômicas que tornavam a cultura e ciência propriedades privadas da classe dominante. Era o florescimento de uma ciência de vanguarda revolucionária a serviço do povo, a entregar-lhe todas as conquistas científicas, no sentido de combater os monopolizadores.

A nosso ver, fica evidente uma preocupação dupla entre os comunistas e intelectuais marxistas, ao mesmo tempo em que defendiam disponibilizar às camadas populares e trabalhadoras toda produção científica, cultural e artística acumulada pela humanidade, se preocupavam com a construção de uma educação e cultura proletária que melhor estivesse conectada aos anseios da realidade e que melhor permitissem o povo se organizar e lutar por mudanças sociais.

Pelo florescimento da ciência, daquela ciência cujos representantes empreendem a força e a significação das tradições arraigadas na ciência e aproveitam-nas sabiamente nos altares da ciência, mas não querem ser escravos destas tradições: daquela ciência que tem audácia e decisão para romper as velhas tradições, normas e concepções, quando se fazem antiquadas e estorvam sua marcha para a fraude: daquela ciência que sabe criar novas tradições, novas normas e novas concepções. [...] Costuma também ocorrer que os novos caminhos da ciência e da técnica não são traçados pelos homens de renome universal na ciência, mas por homens completamente desconhecidos no mundo científico, homens simples, trabalhadores práticos, inovadores no ramo de sua atividade. (Imprensa Popular, 21/12/1949, p. 2)

Dessa forma, entendemos que a construção de uma educação e cultura proletária teria como ponto de partida a apropriação máxima dos bens culturais e científicos pelas massas populares e trabalhadoras. Uma vez que naquele contexto, a produção intelectual seria como uma forma de luta “contra a situação de miséria, atraso e ignorância”, luta pela independência nacional, pelo progresso, pela democracia popular, pelo socialismo” (PEREIRA, *Imprensa Popular*, 1/3/1950, p. 1-2). Aqui a arte, sobretudo a literatura, teria uma função social, uma missão educadora, uma vez que por trás de qualquer produção intelectual há uma alma humana, por isso, cultura e povo deveriam se nutrirem reciprocamente.

Segundo Konder (1980), como demonstramos até aqui, esta divisão entre os intelectuais como expressão da luta de classes foi derivada pelo agravamento da contradição das forças imperialistas e antidemocráticas, mas igualmente por conta da nova política cultural divulgada pelo secretário de organização do PC da URSS, Andrei Jdanov, o maior teórico da política cultural na Rússia Soviética. Sobre a política cultural de Jdanov, escreve o autor:

Os textos de Jdanov – publicados entre nós pela revista *Problemas* – exerceram inegável influência. E essa influência se acrescentou a uma outra, mais geral, que foi a influência proveniente da crispação geral do movimento comunista em âmbito mundial, a influência da nova linha adotada ante a agressividade do imperialismo norte-americano e as ameaças de guerra. (KONDER, 1980, p. 76-77)

Fica perceptível a luta de classes no campo ideológico como reflexo da disputa entre os países EUA e URSS, capitalismo versus comunismo, no sentido de tornar a cultura e educação, por um lado, em instrumentos de reprodução social e exploração econômica, e por outro, em instrumentos de luta sociopolítica com fins revolucionários.

O realismo socialista e o Proletkult (Cultura Proletária)

Como afirma Konder (1980), essas atitudes acerca da cultura foram influenciadas pelo “realismo socialista” de Andrei Jdanov ao recuperar o Proletkult em 1934. O Proletkult foi oficializado logo após a Revolução Russa em 1917, por Bogdánov^{iv} e o, depois, comissário da instrução, Lunatchárski, com o objetivo de instrução do povo e de construção de uma “cultura proletária” de base popular e de caráter menos abstrato e mais conectado à vida, ao trabalho e ao ativismo político comunista, destilando severas críticas à cultura moderna e aos conceitos e métodos da escola tradicional.

Segundo Andrade (2010), a posição do Proletkult era ambígua, parte dos membros pretendia a abolição do passado burguês e czarista, condenando todas as vanguardas literárias e artísticas russas que configuravam o modernismo, bem como a escola tradicional e seus métodos seletivo e verbalista, outra parte, entre eles, Lunatchárski, achavam que a cultura e educação do passado podiam tornar-se patrimônio da nova sociedade, desde que submetida ao crivo, e a uma reavaliação de caráter marxista.

Os debates sobre o Proletkult acirraram-se, e Trotsky escreveu *Literatura e revolução*, sistematizando sua oposição aos proletkultistas.

[...] opunha-se ao projeto, alegando que não existia uma literatura da classe proletária e que não haveria tempo de edificá-la antes do estabelecimento da sociedade sem classes. A oposição ferrenha de ambos enfraqueceu bastante a possibilidade de atuação efetiva da Proletkult, mas não impediu que seus membros se manifestassem com estardalhaço na imprensa, atacando a reputação dos artistas não engajados no movimento (ANDRADE, 2010, p. 154).

Na perspectiva de Trotsky (2007), primeiro o proletariado deveria ocupar-se da construção do socialismo, colocando para a intelligentsia sua tarefa principal: o trabalho cultural mais concreto, isto é, “ajudar de forma sistemática, planejada e crítica as massas atrasadas a assimilar os elementos indispensáveis da cultura já existente” (TROTSKY, 2007, p. 155). Para ele, a cultura e educação que se destinava ao proletariado não poderia ser de baixa qualidade e que a fórmula de simplificação da cultura, não se tratava de marxismo, e sim ideias reacionárias pintadas de ideologia proletária.

A concepção do Proletkult preocupava Lenin que o submeteu a energética crítica. Este movimento se justificava pela necessidade de combater o passado burguês ainda presente na Rússia após a revolução, uma vez que a luta de classes continuava, mas de outra forma, peculiar ao processo de transição para o comunismo. Neste sentido, Lenin identificou duas dificuldades herdadas da velha sociedade capitalista:

A primeira dificuldade foi a abundância de pessoas procedentes das camadas intelectuais burguesa, que em muitos casos consideravam os estabelecimentos docentes dos camponeses e dos operários, criados de modo novo, como a arena mais propícia para suas invenções pessoais na esfera da filosofia ou de cultura, e apresentavam com frequência as mais estúpidas ostentações como algo novo e que, por arte puramente proletária e cultura puramente proletária, faziam passar algo sobrenatural e absurdo. Mas isso era natural e, talvez, perdoável, nos primeiros tempos, e não se pode culpar por isso a um vasto

movimento; confio em que, finalmente, vamos saindo disso e acabaremos saindo.

A segunda dificuldade é também herança do capitalismo. As amplas massas de trabalhadores pequeno-burgueses, ao demolir o velho em sua ânsia de saber, não podiam fazer nada que organizasse, nem nada organizado. [...] Devemos pôr nas mãos à obra simples e essencial de mobilizar as pessoas que sabem ler e escrever a lutar contra o analfabetismo. Devemos utilizar os livros que temos e empreender a criação de uma organizada rede de bibliotecas que ajudem o povo a utilizar cada livro que tenhamos, sem montar organizações paralelas, criando uma só organização planificada. Nesta pequena obra se reflete a tarefa principal de nossa revolução. Se não resolve esta tarefa, se não dirige a criação de uma só organização verdadeiramente planificada, que acabe com o estúpido caos e os absurdos que existem na Rússia, essa revolução permanecerá uma revolução burguesa. (LENIN, Discurso Saudação ao I Congresso Nacional de Instrução Extraescolar em 1919, 1968, p. 59-61).

Dessa forma, identificamos que a preocupação de Lenin se circunscrevia na infiltração dos intelectuais burgueses no Proletkult, ocupando posições dominantes e isolando-se na tarefa de instrução do povo, negando a importância da herança cultural do passado para criar em condições de laboratório uma “cultura proletária”. Para Lenin, de fato, era necessário a mobilização de todas as pessoas cultas para as tarefas de instrução do povo, mas isso não poderia ocorrer com organizações paralelas que negavam a herança cultural na construção de algo novo. Esta tarefa deveria ser de uma só organização planificada em que a velha ciência e cultura da sociedade burguesa servissem de base para a construção da nova sociedade. Porém, para que, verdadeiramente, esta nova sociedade estivesse conectada aos interesses do comunismo, seria necessária uma orientação política comum, senão a revolução permaneceria uma revolução burguesa.

Diante dessas dificuldades, apreendemos que o revolucionário russo entendia como da maior importância as tarefas de ensino, educação e instrução das novas gerações para criar a sociedade comunista. Entretanto, afirmava que aprender o comunismo nos manuais, folhetos e obras comunistas seria definir de maneira grosseira e insuficiente o estudo do comunismo. Para ele, a edificação do comunismo somente seria possível a partir do material que o mundo burguês deixou, a ciência, a técnica e, em geral, tudo que a Rússia capitalista deixou, a velha escola.

Lenin no discurso: *As tarefas das uniões da juventude*, pronunciado em 1920, fazia duras críticas à velha escola, em especial, ao completo divórcio entre o livro e a vida e ao adestramento autoritário com ensino de memória. Por isso, condenava a velha escola. Contudo, propondo tomar dela aquilo que é necessário para uma verdadeira educação comunista.

Diz-se que a velha escola era uma escola livresca, uma escola de adestramento autoritário, uma escola de ensino memorista. Isto é correto, mas há que saber distinguir o que tinha de mau e de útil para nós a velha escola, há que saber escolher dela o indispensável para o comunismo.

A velha escola era livresca, obrigava a armazenar uma massa de conhecimentos inúteis, supérfluos, mortos, que entulhavam a cabeça e transformavam a geração jovem num exército de funcionários talhados pelo mesmo padrão. Mas, se daí tentardes deduzir que se pode ser comunista sem ter assimilado o tesouro de conhecimentos acumulado pela humanidade, cometeis um erro crasso. Seria errado pensar que basta assimilar as palavras de ordem comunistas, as conclusões da ciência comunista, sem adquirir a soma de conhecimentos adquiridos de que o próprio comunismo é um produto. O marxismo é um exemplo que mostra como o comunismo saiu do conjunto dos conhecimentos humanos (LENIN, 1968, p. 98).

A nosso ver, a preocupação de Lenin residia no que se rejeitava na tentativa de construir uma “cultura e educação proletária”, afirmando que não se poderia construir uma ciência, uma escola, uma cultura proletária sem o acervo de conhecimentos conquistados pela humanidade e acumulados historicamente. “Devem não somente assimilar esses conhecimentos, mas assimilá-los com espírito crítico para não entulhar seu cérebro com uma forragem inútil, para enriquecê-los com o conhecimento de todos os fatos, sem os quais não é possível ser um homem culto na época em que vivemos” (LENIN, 1968, p. 100).

Lenin ressaltava que a “cultura proletária” não surgiria de fonte desconhecida, portanto, fazia-se fundamental utilizar o que a velha escola oferecia de útil e eliminar o que não servia para a educação da classe trabalhadora. Mas igualmente seria também fundamental a tarefa de lutar contra a ideologia burguesa, ainda presente na Rússia após a revolução, criticar a burguesia e fomentar nas massas a consciência de classe para as tarefas de construção do comunismo. Para isso, as questões de como se deve ensinar o comunismo e em que deve constituir os métodos tornaram-se condições para o sucesso desse objetivo.

Vale ressaltarmos que Lenin entendia que a Rússia estava no estágio embrionário de construção do comunismo, inserido no debate acerca da Proletkult, um movimento paralelo de construção da “cultura proletária” abraçada com entusiasmo pelos jovens que representavam, naquele momento, o futuro, a geração de uma nova sociedade. Portanto, nos parece que Lenin buscou interceder pela existência de uma educação e cultura que pudesse formar verdadeiramente o comunista de modo diferente dos proletkultistas, confrontando-os com a premissa indispensável de que para formar o comunista faz-se necessário a cultura universal incluindo nela os elementos da luta de classe, no sentido de superar a exploração e a sociedade burguesa.

Não acreditaríamos no ensino, na educação e na instrução se estas fossem limitadas à escola e separadas da agitada vida. [...] Mas nossa escola deve dar aos jovens os fundamentos da ciência, da arte de forjarem-se por si mesmos uma mentalidade comunista, deve fazer deles homens cultos. No tempo que os jovens passam na escola, esta tem de fazer deles participantes na luta para libertarem-se dos exploradores. (LENIN, 1968, p. 107)

Lunatcharski (1968), relata que Lenin divergia contundentemente da Proletkult.

Em certa ocasião, inclusive, censurou-me com aspereza. Direi, antes de passar adiante, que Vladimir Ilitch não negava, em absoluto, a importância dos círculos de operários para formar escritores e artistas dos meios proletários, mas temia as tentativas do Proletkult de ocupar-se da elaboração da “ciência proletária” em geral, da “cultura proletária” em sua totalidade. Isso lhe parecia, em primeiro lugar, uma tarefa muito inoportuna e irrealizável e, em segundo lugar, considerava que com tais invenções, prematuras, naturalmente, afastar-se-iam os operários do estudo, da assimilação dos elementos da ciência e da cultura já existentes; em terceiro lugar, Vladimir Ilitch temia, pelo visto, e não sem fundamento, que no Proletkult pudesse fazer seu ninho algum desvio político. Por exemplo: olhava com bastante maus olhos o grande papel que A. A. Bogdánov desempenhava no Proletkult (LUNATCHARSKI, 1968, p. 187-188).

O autor evidencia o quanto Lenin divergia dos proletkultistas, manifestando grandes preocupações pela dimensão do movimento à época. Por isso, na tentativa de eliminar os equívocos e a infiltração burguesa no Proletkult, Lenin queria aproximá-lo do Estado e do Partido Comunista da Rússia, passou a pensar sobre a relação entre educação, cultura e política enquanto uma necessidade gerada do período de transição.

Acreditamos que Lenin buscava superar o dualismo colocado pelos proletkultistas entre as culturas burguesa e proletária, dando ênfase à premissa da indispensável apropriação da ciência e cultura da velha sociedade, “não tratando de negar o conhecimento legado pelo capitalismo como mera negação, mas se apropriar dele e transformá-lo como arma nas mãos da classe trabalhadora” (NOBRE, 2015, p. 77). Assim como, a educação comunista deveria ser apoiada por uma prática política para o desenvolvimento da consciência revolucionária, enquanto articulação entre teoria e prática revolucionária, com o objetivo de superação da sociedade capitalista. Mas para ele, a superação desta sociedade se daria por incorporação de toda a herança cultural e científica da velha sociedade e não por destruição em nome da construção de uma nova sem a socialização do conjunto da produção humana historicamente acumulada e da qual o comunismo se tornaria possível.

Diante dos equívocos, embora os embates^v tenham continuado, o Proletkult foi fechado, antes mesmo do desaparecimento de Lenin. Entretanto, foi reativado em 1934 por Andrei Jdanov, durante o I Congresso de Escritores Soviéticos. Em parte, o seu reaparecimento foi argumentado pela imposição do caráter político-ideológico, pelo vazio em presença da decadência da arte burguesa e pelo afastamento das massas instintivamente pelas formas modernistas sofisticadas. Mas sobretudo, pela política anticomunista que os países capitalistas desenvolviam com a circulação de informações difamatória sobre a Rússia Soviética. Tratava-se da aplicação da teoria marxista na literatura, sob crivo partidário soviético, no sentido de esclarecer sobre o socialismo e auxiliar na formação da consciência política da classe trabalhadora, especialmente nos países coloniais, onde o capitalismo exercia sua dominação.

[...] ajudar os nossos amigos e irmãos do estrangeiro e esclarecê-los na sua luta pela nova sociedade à luz do conhecimento do socialismo científico; a quem, senão a nós, cabe a tarefa de esclarecê-los e equipá-los com as armas ideológicas do marxismo.

No nosso país, realiza-se um poderoso florescimento da cultura e economia socialistas. O seguro crescimento da consciência socialista das massas apresenta sempre mais e mais exigências para o nosso trabalho ideológico.

Realiza-se um desenvolvido ataque contra as sobrevivências do capitalismo na consciência dos homens. A quem, senão aos nossos filósofos, cabe a tarefa de estar à frente das fileiras de trabalhadores da frente ideológica, de aplicar totalmente a teoria marxista do conhecimento na generalização da imensa experiência da construção socialista e nas decisivas e novas tarefas do socialismo! (JDANOV, Revista Problemas, nº. 7, 1948).

Neste trecho, fica evidente que o realismo socialista na perspectiva de Jdanov colocava a educação e cultura sob configuração polarizada, da luta de classes no âmbito político-ideológico, enquanto expressão da disputa socioeconômica internacional e forma de contribuir com a construção do socialismo no mundo. Assim expõe Jdanov:

Por mais bela que seja a forma externa das obras dos escritores burgueses atuais da Europa Ocidental ou da América, dos empresários cinematográficos ou dramáticos, eles não saberão, salvar ou reerguer sua cultura burguesa, pois esta está a serviço da propriedade privada capitalista, a serviço de interesses egoístas, de uma sociedade privilegiada burguesa. Toda a multidão de escritores, de empresários burgueses, procura desviar a atenção das camadas progressistas da sociedade das questões candentes da luta política e social, e de orientá-la para uma literatura e uma arte apolíticas, repletas de gangsteres, de figurantes das variedades, da apologia do adultério e das façanhas de toda sorte de aventureiros e velhacos (JDANOV Revista Problemas, nº 20, set/agosto, 1949).

Com isso, concordamos com Konder (1980) ao afirmar que a edificação do realismo sob a perspectiva Jdanovista determinou um caráter político-utilitário, voluntarista, doutrinário e mecanicista, que, dando mais ênfase ao conteúdo, simplificava a forma para tornar a cultura e educação acessível, panfletária, ao povo, aos trabalhadores.

[...] recorria às formas mais batidas e menos complicadas, por serem mais acessíveis ao grosso dos leitores soviéticos. Não passava pela cabeça dos planejadores da política cultural soviética educar o gosto das massas para que elas pudessem fruir novas formas artísticas, pois as artes, antes de mais nada, deviam servir para doutrinar e controlar o proletariado (ANDRADE, 2010, p. 163).

A educação e cultura, na perspectiva Jdanovista, teriam a função direta de contemplar as exigências de propaganda e agitação; não transcendiam aos fatos históricos de modo crítico. Isso gerou um processo de substituição da técnica e estética, pelo conteúdo de formação, agitação e propaganda política, conseqüentemente, impondo um controle sectário da vida cultural e educação do povo. Dessa forma, acreditamos que o realismo de Jdanov transfigurou o realismo socialista e as orientações de Lenin sobre a articulação entre a educação e o ensino com a literatura marxista e a realidade social das camadas populares e da classe trabalhadora. De tal modo que “o ‘método’ do realismo socialista era considerado o mais facilmente compreensível pelas ‘massas’, e, por isso, o melhor meio de propaganda”. (FERNANDES, 2013, p. 29).

No Brasil, seguindo esta linha, intelectuais de esquerda definiram a educação e cultura com viés político voluntarista ao intensificar a luta de classes no âmbito ideológico. Opunham-se às formas de “cultura e educação burguesas”, determinando uma função à cultura e educação na luta de classes, qual seja: um elo atrativo e alternativo para mobilizar, organizar e formar o povo de acordo com seus anseios. Com isso, imprimiram um pragmatismo revolucionário acerca da cultura e da educação, entendendo-as numa perspectiva de ativismo e em função direta e imediata com a luta política contra os seus maiores inimigos: os reacionários “traidores da nação”, o latifúndio e o imperialismo estadunidense.

Como o acesso à escola pelas massas populares e trabalhadoras era incipiente e precário, a construção de uma “cultura e educação proletária” estava tutelada aos intelectuais, no sentido de valorizar o modo de vida do povo, mas sobretudo de instrumentalizar e proletarizar, por meio de uma “cultura e educação proletária”, com a necessidade de pensar a realidade com uma tarefa a cumprir, a saber: os ensinamentos sobre o comunismo e luta político-social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate entre os intelectuais marxistas sobre educação e cultura no Brasil nos meados do século XX, se caracterizou enriquecedor e oportuno por trazer importantes questões acerca da produção intelectual num contexto nacional e internacional de intensa luta de classes. Entre elas destacamos a questão da neutralidade e perseguição política na produção intelectual, e a busca por uma construção cultural que considerasse a vida e os anseios das camadas populares e classe trabalhadora. De fato, torna-se necessário reconhecermos o salto artístico, cultural e científico no Brasil a partir da perspectiva do realismo socialista e o quanto significou para conhecermos a realidade do país e representação do povo brasileiro.

No entanto, apesar da ampla produção cultural desse período, de grande valor estético e histórico, e da necessidade do realismo na cultura e educação, a imposição e o controle pela triagem de uma exigência política de conformá-las às lutas nacionais e internacionais proferiu um certo servilismo e praticismo que engessava intelectuais e artistas, muitas vezes, ao modelo estético de caráter panfletário e propagandista.

A nosso ver, isso transformou, de certa forma, o realismo socialista em romantismo, uma vez que buscavam por soluções dos problemas do povo com um voluntarismo político e um conhecimento baseado no futuro de uma sociedade sem classe. Também por entender que expurgando os “traidores da nação” e os reacionários do Estado, o proletariado no poder realizaria as tarefas democrático-burguesas. Porém, acreditamos que o modo de produção continuaria capitalista e que o governo das classes patriotas e revolucionárias unidas ficariam ainda nas mãos do Estado burguês por não desaparecer o seu caráter de classe. Em lugar de proporcionar um conhecimento da realidade efetiva, do processo histórico concreto, almejou proporcionar um conhecimento em busca de uma sociedade futura, precipita-se ao procurar soluções apoiadas em um certo idealismo político voluntarista. Além disso, entendemos que o imperativo da imposição política na produção intelectual, mesmo naquele contexto de intensas disputas, como algo perigoso por exigir dos intelectuais, educadores e artistas uma produção com base no método ou teoria que não dominavam.

Todo este valoroso debate entre os intelectuais marxistas que apresentamos, nos conduz a entendermos a necessidade de produções artísticas e intelectuais pelo que elas são e não pelo valor aos olhos de quem a cultiva, não enquanto uma subordinação de serviços determinada pela adesão teórica e vida das camadas populares e trabalhadoras. Concordamos com Konder (1963) ao afirmar que a essência da arte tem sua gênese social, enquanto um produto histórico,

mas ela não se reduz a esta gênese. Mas também entendemos a importância e necessidade em considerarmos a realidade, a luta de classes numa sociedade regida pelo capital, e os melhores métodos de apreensão dessa realidade na produção intelectual (artística e científica).

A partir disso, concluímos que sem dúvidas, a vida dá formas fecundas às produções artísticas e intelectuais, bem como educacionais, mas também pode contê-las nos limites dela, se a ela se subordinarem. O realismo tem importância acadêmica e artística, necessitamos da realidade como ponto de partida para as reflexões e ponto de chegada para a mudança social, mas nunca uma imposição como uma camisa de força. O debate abordando as contradições em torno da realidade e o domínio teórico-metodológico que melhor desvende esta realidade se tornam fundamentais na luta de classes. E tão necessário quanto seria a máxima socialização das produções científicas e artístico-culturais.

REFERENCIAS

AMADO, Jorge. **Democratização da cultura**. Revista Fundamentos, ano IV, nº. 2, agosto de 1951. Disponível: Biblioteca Nacional – BN Hemeroteca. Acesso: março de 2019.

ANDRADE, Homero Freitas. **O realismo socialista e as suas (in)definições**. Publicado em 7/11/2010. Disponível em: www.periodicos.usp.br/ls/article/download/64089/66796. Acesso: abril de 2019.

BRANDÃO, Octávio. **O Niilista Machado de Assis**. Coleção REX. Organização Simões Editora, 1958.

FERNANDES, Karina Pinheiro. **As dores e as cores do povo: o realismo socialista nas ilustrações do Tribuna Popular (1945 a 1947)**. Dissertação (mestrado) – UFRJ/PPGHIS, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013.

FERREIRA, Daniela de Jesus. **Tempos de lutas e esperanças: a materialização da revista Seiva (1938-1943)**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

GORENDER, Jacob. **Aydano do Couto Ferraz e a liberdade de criação intelectual**. Revista Fundamentos, nº. 3, vol. 2, agosto de 1948. Disponível: Biblioteca Nacional – BN Hemeroteca. Acesso: março de 2019.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). Tradução Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

JDANOV, A. **O marxismo é a revolução na filosofia**. Revista Problemas, nº. 7, fevereiro de 1948. Disponível: Arquivo Marxista da Internet – MIA. Acesso: março de 2019.

JDANOV, A. **As tarefas da literatura na sociedade soviética.** Revista Problemas, nº. 20, agosto- setembro de 1949. Disponível: Arquivo Marxista da Internet – MIA. Acesso: março de 2019.

KONDER, Leandro. **Sobre a questão dos intelectuais.** Jornal Novos Rumos, nº. 166, semana 20 a 26 de abril de 1962. Disponível: Arquivo Marxista da Internet – MIA. Acesso: março de 2019.

KONDER, Leandro. **Alguns problemas do realismo socialista.** Revista Estudos Sociais, nº. 17 junho de 1963. Disponível: Centro de Documentação e Memória (CEDEM- UNESP). Acesso: junho de 2018.

_____. **A democracia dos comunistas no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

LILGE, Frederic. **Lênin e a política de educação.** In: Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 13, n. 2, jul./dez. 1988, p. 3-22.

LENIN, Vladimir. Tarefas das juventudes comunistas (Discurso pronunciado no III Congresso da União das Juventudes Comunistas da Rússia). In: **Cultura e revolução cultural.** Tradução Lincoln Borges. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

LUNATCHARSKI, A. V. Lenin e arte. In: **Cultura e revolução cultural.** Tradução Lincoln Borges. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

NAPOLITANO, Marcos. **Arte e revolução:** entre o artesanato dos sonhos e o engenheiro das almas (1917-1968), publicado na Revista de sociologia e política, nº. 8 em 1997.

_____. **A relação entre arte e política:** uma introdução teórico-metodológica. Temáticas (Unicamp), v. 37-38, p. 25-26, 2011.

NOBRE, Iziane Silvestre. **Trabalho, práxis e escola:** elementos de uma formação revolucionária. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.

PEREIRA, Astrojildo. **Interpretações.** Edições da CEB: Rio de Janeiro, 1944.

PEREIRA, Astrojildo. **Palavras de Prestes aos intelectuais comunistas.** Jornal Imprensa Popular, 1/3/1950. Disponível: Centro de Documentação e Memória (CEDEM- UNESP). Acesso: junho de 2018.

_____. **Crítica impura.** Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1963.

TROTSKY, L. **Literatura e Revolução.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 2007.

Reportagem. **Ciência de vanguarda.** Jornal Imprensa Popular, 21/12/1949. Disponível: Centro de Documentação e Memória (CEDEM- UNESP). Acesso: junho de 2018.

Reportagem. **Duas Culturas**. Jornal Imprensa Popular, 25/6/1950. Disponível: Centro de Documentação e Memória (CEDEM- UNESP). Acesso: junho de 2018.

Reportagem. **Posição decidida dos intelectuais brasileiro a favor da paz, da democracia, da liberdade e da soberania**. Revista Fundamentos, Ano II, nº. 14, abril de 1950. Disponível: Biblioteca Nacional – BN Hemeroteca. Acesso: março de 2019.

Notas

ⁱ Nas primeiras décadas da Guerra Fria as lutas de classes nos domínios nacionais e internacionais ocuparam espaço no plano político-ideológico. Ainda que, com as relações muito tensas, pois, mesmo não acreditando que um dos lados pretendia atacar o outro, a imanência de uma terceira guerra, com uso de armas nucleares, assombrava a todos, levando as superpotências mundiais a reduzir a disputa entre capitalismo e comunismo no campo político-ideológico. Mesmo com a política militar ofensiva e agressiva dos EUA contra o comunismo, o seu monopólio das armas nucleares, a revolução chinesa e as guerras da Coreia e do Vietnã, a possibilidade de uma terceira guerra mundial não passou de uma suposição. Contudo, o medo foi compreensível e natural depois das catástrofes e da instabilidade socioeconômica que a Segunda Guerra deixou, sobretudo da investida militar e imperialista dos EUA. Para Hobsbawm (1995), a política de confronto emergiu diante da tentativa de supremacia dos EUA, ao mesmo tempo que divulgavam ser a União Soviética precária e insegura, com afirmações de que se tratava de uma sociedade atrasada e bárbara. Com isso, a política anticomunista “era genuína e visceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada, e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos, (“americanismo”) que podiam na prática conceituar-se como o polo oposto ao comunismo” (HOBSBAWM, 1995, p. 185). Além do mais, os EUA receavam o crescimento do comunismo no mundo, em especial, naqueles países em que exerciam exploração econômica, cultural e educacional. No Brasil, a esquerda comunista crescia no campo político dirigindo a organização das grandes massas populares e trabalhadoras. Embora os dois lados tivessem se envolvidos com uma insana corrida armamentista e uma complexa indústria militar para preparação permanente de guerra, em que conquistava lucrativos mercados de exportação. Essas potências reservavam apenas para si os armamentos mais atualizados, isso não foi o grande impacto da Guerra Fria, “muito mais óbvias foram as consequências políticas” (HOBSBAWM, 1995, p. 187).

ⁱⁱ O nacionalismo popular da esquerda comunista oscilava, por um lado, na defesa das produções intelectuais e dos posicionamentos denominados progressistas por combaterem as ideias atrasadas, e também na defesa de tudo que é do povo e para o povo independentemente da oposição das classes sociais, por outro lado, partia da necessidade de tutelar as massas populares e trabalhadoras para fins revolucionários e com fundamentos político no marxismo, ambos os lados buscavam a concretização da sociedade democrático-burguesa como condição favorável para revolução socialista.

ⁱⁱⁱ Não é objetivo aqui discutir sobre o realismo socialista em seus aspectos particulares, em si, mas a forma como foi utilizado. O húngaro Georg Lukács, que se exilou na URSS a partir de 1931, fundando a revista Crítica Literária — fechada em 1940 pelo Estado soviético, teve um papel essencial, ainda que controvertido, na formulação dos princípios do realismo socialista, numa perspectiva diferenciada daquela que Andrei Jdanov sistematizou. Na definição de Andrei Jdanov, secretário de organização do PC da URSS: “O realismo socialista, método básico da literatura e da crítica literária soviética, exige do artista uma representação verídica, historicamente concreta da realidade em seu desenvolvimento revolucionário. Ademais a verdade e a integridade histórica da representação artística devem ser acompanhadas pela transformação ideológica e a educação dos trabalhadores no espírito do socialismo. Esse método a ser aplicado à literatura e à crítica literária é o que chamamos método do realismo socialista” (JDANOV apud ANDRADE, 2010, p. 162).

Marcos Napolitano (2011, p. 46-47), destaca a polissemia conceitual que se esconde dentro do termo “realismo”, quando pensada dentro dos marcos da arte engajada soviética da primeira década da Revolução. Em síntese o autor afirma que nos anos 20, o termo mais corrente no debate estético da jovem URSS era “realismo social”, com um sentido mais amplo de narração e descrição da vida dos trabalhadores, dando lugar a termos como “realismo proletário” a partir de 1928. Até 1932, ocorreu um grande debate sobre a natureza da arte realista: ela deveria ser intuitiva ou imitativa? Ancorar-se na forma ou no conteúdo? Entre as centenas de grupos e coletivos culturais, as posições poderiam variar. Portanto, compreender criticamente a gênese e a trajetória do termo “realismo socialista” é desenvolver uma ferramenta crítica para entender uma boa parte da produção engajada do Ocidente.

iv Bogdánov era um ex-integrante do Partido Bolchevique. Era acusado por Lênin de ter abandonado o marxismo. Lenin se opôs a Bogdánov. De acordo com Lilge (1988), ele saiu do Partido em 1911. Em 1918 organizou um grupo de cultura e educação proletária.

v Debates entre Lukács, Brecht, Walter Benjamim etc. Para saber mais, indico o texto de Marcos Napolitano – Arte e revolução: entre o artesanato dos sonhos e o engenheiro das almas (1917-1968), publicado na Revista de sociologia e política, n°. 8 em 1997.